



# Anais da Assembléia

Nº 12

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 1989.

ANO XV

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 10.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1989  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Ayr Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (34).— Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quêlse Crisóstomo e Rafael Greca. (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 37/89

Curitiba, 20 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, o imóvel rural constituído pelos lotes 36, 35-A, 13-A, 12-AI, 12-A, 5-A e parte destacada do lote 13, da Gleba n. 06 da Colônia Tormenta, situado no Município de Cascavel, havido pelo Estado do Paraná através das Matrículas ns. 36, 6321, 6337, 3917, 3918, 3920 e 3915, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da 2.<sup>a</sup> Circunscrição da Comarca de Cascavel.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois a doação em causa é de fundamental necessidade a fim de que o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, possa regularizar a situação dos legítimos ocupantes do imóvel rural em referência.

Vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes, dentre outros, através da Procuradoria Geral do Estado, do próprio ITCF e da Casa Civil, cujas cópias autênticas dos pareceres seguem anexas.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, o imóvel rural constituído pelos lotes 36, 35-A, 13-A, 12-AI, 12-A, 5-A e parte destacada do lote 13, da Gleba da Colônia Tormenta, situada no Município de Cascavel, havido pelo Estado do Paraná através das Matrículas n.ºs. 36, 6321, 6337, 3917, 3918, 3920 e 3919, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da 2.<sup>a</sup> Circunscrição da Comarca de Cascavel, cujo imóvel, em conseqüência, ficará desafetado da destinação originária.

Art. 2º - Os lotes de que trata a presente lei serão utilizados pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, na regularização da situação dos legítimos ocupantes dos mesmos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.  
A Diretoria Legislativa.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E  
FLORESTAS  
Procuradoria Administrativa  
Informação

Protocolo n° 4.402/88  
Secretaria de Estado da Justiça

Senhor Procurador Jurídico

Atendendo ao despacho de fl. 03 do expediente protocolado neste ITCF sob n° 4.402/88, temos a esclarecer e a ponderar que nada impede a elaboração de minuta de Escritura Pública de Doação, conforme as especificações da Escritura Pública de Compra e Venda que foi firmada em data de 31 de janeiro de 1985 na qual figura como partes o Sr. VITÓRIO PIANA e sua mulher, na qualidade de vendedores, e o ESTADO DO PARANÁ, devidamente representado pelo Sr. HORÁCIO RACCANELLO FILHO, como comprador de diversos lotes de terras rural da Colônia Tormenta, Município e Comarca de Cascavel, neste Estado, como se vê às fls. 06 usque 08.

Inobstante tal possibilidade, por dever funcional e no intuito de dar-se o correto encaminhamento ao protocolado, é de preliminarmente colocar-se indispensabilidade da tomada das seguintes providências, as quais por certo evitarão futuras dificuldades para a consumação da doação que virá a beneficiar o ITCF e a possibilitar a regularização do pretendido assentamento na área em questão:

NO ÂMBITO INTERNO DESTES ITCF

a) face ao contido no artigo 21, item "f", do Decreto Estadual n° 4.172, de 17 de novembro de 1977, que aprovou o Estatuto deste ITCF, cabe ao Conselho de Administração do Órgão aceitar DOAÇÕES ou legados, preliminarmente a qualquer formalização do ato;

b) necessidade de exame técnico e relatório circunstanciado em relação à demarcação do perímetro da área a ser doada, eis que, no próprio ofício n° 394/87, datado de 06 de agosto de 1987, expedido pelo Sr. Presidente deste ITCF à Secretaria de Estado da Justiça do Estado do Paraná, existe denúncia sobre a divergência de área consignada na Escritura Pública de Compra e Venda, supra referida, e a da Planta da Colônia parcialmente, mormente considerado o fato de que na área superpõe-se outro Título de Domínio, cuja delimitação e exata localização obrigatoriamente deverá ser tecnicamente procedida e confirmada, inclusive com despacho de fl. 02 no sentido de que as divisas devem ser verificadas em conjunto com representantes da Secretaria de Estado da Justiça e da Coordenadoria de Patrimônio do Estado do

Paraná.

No ÂMBITO EXTERNO, respeitada a manifestação favorável já esboçada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça do Paraná, conforme ofício n° 694/88-GS, datado de 11 de maio de 1988 e protocolado neste ITCF sob n° 4402/88:

a) pronunciamento da Coordenadoria do Patrimônio do Estado do Paraná;

b) por se tratar de área que se encontra em nome do ESTADO DO PARANÁ, via de consequência, patrimonial, é mister a ouvida e pronunciamento da Douta Procuradoria Geral do Estado;

c) por fim, o próprio pronunciamento da Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná, mercê de que o ato merecerá a assinatura do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ou de quem for delegada competência para tal.

É o nosso entendimento que submetemos, sub-censura, à apreciação e consideração da Chefia desta Procuradoria Jurídica.

PROJU, 24 de junho de 1988.

(a) LEO FERNANDO XAVIER DA SILVA  
Chefe da Procuradoria  
Administrativa em exercício

De acordo.

Para abreviar os procedimentos, encaminhe-se o processo administrativo original, pela ordem:

a) para pronunciamento da Coordenadoria de Patrimônio do Estado do Paraná, Secretaria de Administração;

b) Procuradoria Geral do Estado;

c) Casa Civil.

Enquanto isso, extrair cópia deste processo administrativo e dar seguimento às providências no âmbito interno, a partir do item "b" do parecer.

PROJU, 24 de junho de 1988.

(a) JOAO LUIZ DE TOLEDO  
Procurador Jurídico

Senhor Procurador

Entrando em contato com o DENG (Drs. Rui e Davi) para a retirada de sercos dos elementos necessários para as providências conforme o supra citado, foi constatado a não necessidade. Já tendo, este Departamento providenciado as mesmas anteriormente.

PROJU, 24 de junho de 1988.

(a) SANDRA MARIA ALVES  
Secretária-PROJU

De acordo. 24/06/88.

(a) JOAO LUIZ DE TOLEDO  
Procurador Jurídico

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Parecer n° 615/88-PGE  
Parecer n° 498/88-PRF

Protocolo: 426.113-5

Assunto : Doação de área

Senhor Procurador-Chefe:

## 1. Quanto à divergência de área.

Em vista da informação da Procuradoria Jurídica do ITCF, corroborada em teor e conteúdo pela Informação nº 228/88 - CPE e, ainda, considerando os documentos técnicos (planta e memorial descritivo) acostados aos autos administrativos, parece não restar qualquer dúvida quanto à insubsistência das denúncias sobre eventuais invasões e esbulhos de terras estaduais.

Estando a documentação dominial (modo e título) conforme aos dados técnicos ultimamente colhidos, a doação pode ser formalizada com manutenção da descrição do imóvel. Em caso de inexatidão da descrição e identificação do imóvel é de bom alvitre que, antes da formalização da doação, seja retificada a respectiva matrícula segundo o que prevê a Lei dos Registros Públicos. Para promover o procedimento de retificação, caso este se mostre necessário, sugerimos a remessa da questão aos cuidados da douta Procuradoria Regional de Cascavel, competente para a medida.

## 2. Quanto à necessidade de autorização legislativa.

Há correntes doutrinárias respeitáveis na seara do Direito Administrativo que, em situações que envolvem alienações entre pessoas de direito público, sustentam a desnecessidade de autorização legislativa. O Decreto-Lei 2300, de 1986, que trata das licitações e contratos administrativos, parece não ter acolhido tal entendimento, trazendo em seu art. 15 a seguinte previsão:

"A alienação de bens da União e suas autarquias, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

I-quando imóveis, dependerá de autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) (....);
- b) doação;
- c) (....);
- d) (....)."

Como se vê, essa norma geral sobre contratação não discrimina qualquer situação especial, aplicando-se aos Estados e Municípios por força do que atualmente prevê o art. 22, inc. XXVII da nova Constituição da República (no mesmo sentido o art. 85 do Decreto-Lei 2300/86 e o art. 21, VIII, c, primeira parte, da

Constituição do Estado do Paraná).

Entendemos, pois, que a autorização legislativa é necessária, não só pela sua importância enquanto formalidade que a Lei reclama, mas também porque serve de atestado da existência de interesse público na alienação em exame.

Quanto à arrecadação do bem pelo ITCF, queremos consignar nossa total concordância com o item "a" do parecer de fls. 5 (Casa Civil), da lavra do ilustre Dr. Léo Fernando Xavier da Silva. Ademais, para o fiel cumprimento da Lei, a CPE deve se manifestar sobre a avaliação do imóvel.

É o parecer.

Curitiba, 29 de novembro de 1988.

(a) JAIR LIMA GEV AERD FILHO

Procurador do Estado

De acordo.

À elevada consideração do  
Excelentíssimo Senhor Procurador Geral.

Em, 08/12/88

(a) ilegível

Chefe da Procuradoria do  
Patrimônio

Gabinete do Procurador

Protocolo nº 426.113-5

1. Aprovo o parecer nº 615/88-PGE.

2. Este parecer deve ser considerado como complementação do parecer nº 431/88-PGE, ao qual deve ser anexado.

3. Encaminhem-se os autos à Casa Civil.

Curitiba, 13 de dezembro de 1988

(a) WAGNER BRÜSSOLO PACHECO

Procurador Geral do Estado

CASA CIVIL

Subchefia de Assuntos Técnicos

Divisão Técnico-Jurídica

Protocolo : nº 426.113

Assunto : Doação de Imóvel

Interessado: ITCF

Parecer nº : 0020/89 - DTJ

Através do Parecer nº 2.007/88, esta Divisão Técnico Jurídica solicitou, face à divergência de metragens e confrontações existentes na área objeto da doação, nova vistoria técnica a fim de que fosse, efetivamente, constatada a real situação do imóvel, bem como, a manifestação da Procuradoria Geral do Estado sobre o assunto.

O Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, competente à realização da vistoria requerida, aponta uma diferença mínima de metragens, 2.4739 ha., concluindo ser esta diferença "bastante aceitável e encontra-se dentro do limite de variação admitido, haja vista, as divergências co-

mas entre medições de grandes áreas". Instruiu, ainda, o processo com "recente processado de medição realizado por este Instituto".

Por sua vez, a Procuradoria Geral do Estado analisou o feito entendendo estar a documentação referente ao imóvel, anexa aos autos, em consonância com os laudos técnicos colhidos.

Observe-se, outrossim, a relevância do pedido formulado que objetiva a destinação daquela área ao assentamento definitivo de famílias de agricultores que, como atesta o Secretário da Justiça, às fls. 02, é do interesse do Estado, nos termos do pronunciamento público feito à comunidade de Cascavel pelo Excelentíssimo Senhor Governador Alvaro Dias.

Dispõe a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 21, inciso VIII, alínea c:

"Art. 21 - Compete à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador:

.....

.. VIII - autorizar:

a).....  
b).....  
c) a concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual, ou de terras devolutas de área superior a quinhentos hectares, observado o disposto no art. 89, item IV, alínea a, da Constituição Federal."

Isto posto, opinamos pela alçada do presente à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, examinando da conveniência e da oportunidade do pedido, poderá determinar, se assim entender, o envio de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, visando autorização para alienação da área, como pretendido.

DTJ, em 11 de janeiro de 1989.

(a) ARAHY CASAGRANDE SARRÃO  
Assessora Técnica

#### Mensagens:

MENSAGEM Nº 38/89

Curitiba, 20 de março de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná-ITCF, aos respectivos ocupantes os imóveis constituídos pelos Lotes nºs 45-E, Seção Água Grande e 41-B, da Seção Sertãozinho, da Gleba Rio Mourão, Município de Engenheiro Beltrão, com a área de

5,00m hectares cada um, objeto das Matrículas nºs 6084 e 6085, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa, que consubstancia o resultado de criteriosas análises procedidas pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de processo regular (protocolado sob nº 25.869/86), consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois a alienação em tela é de fundamental necessidade a fim de que o ITCF possa regularizar a situação dos legítimos ocupantes do imóvel em referência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná-ITCF, aos respectivos ocupantes, os imóveis constituídos pelos Lotes nºs 45-E, da Seção Água Grande e 41-B, da Seção Sertãozinho, da Gleba Rio Mourão, Município de Engenheiro Beltrão, com área de 5,00 hectares cada um, objeto das Matrículas nºs 6.084 e 6.085, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 39/89

Curitiba, 20 de março de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar, pela forma jurídica adequada, aos seus ocupantes os lotes nº 1 a 7, da Subdivisão do lote nº 162-A, da Colônia Zacarias de Goes, integrantes da Reserva de Santo Inácio, situada no Município de Santo Inácio. O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembleia consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que visa regularizar a situação de sete (07) famílias de humildes lavradores que mantêm lavouras na área da reserva, delas retirando seu sustento e lá estando há vários anos em ocupação.

Vale mencionar que, através do Parecer nº 034/82, o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF (cópia anexa) examinou devidamente o assunto, nele con-

signando que na mencionada reserva florestal não mais existe cobertura arbórea primitiva ou nativa, "estando a área cultivada com pequenas lavouras, fato que, destituiu a finalidade para a qual foi criada".

Por outro lado, é de se registrar que os atuais ocupantes da área em questão não são os mesmos que nela se instalaram e procederam os desmates, conforme pronunciamento de chefia regional daquele Instituto.

Cumpre ressaltar, ainda, que o anexo anteprojeto de lei, contém dispositivo expresso no sentido de que a área onde estão situadas as ruínas da Redução Jesuítica de Santo Inácio fique excluída da autorização proposta, porque integra patrimônio inalienável do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio o conseqüente aprovação, reitero a Vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, pela forma jurídica adequada, aos seus ocupantes, os lotes 1 a 7, resultantes da subdivisão do lote nº 162A, da Colônia Zacarias de Goes, integrantes da Reserva de Santo Inácio, situada no Município de Santo Inácio.

Parágrafo Único - Fica excluída da presente lei, a área de 13,3956 ha, constituída pelos lotes nº 8 e 8-A, da mesma subdivisão, onde estão situadas as ruínas da Redução Jesuítica de Santo Inácio que integra o patrimônio inalienável do Estado.

Art. 2º - Aos ocupantes que tenham tornado o imóvel produtivo com o seu trabalho e o de sua família, nele mantendo morada permanente por 2 (dois) anos ininterruptos, será doada área não superior a 25 (vinte e cinco) hectares.

Art. 3º - Incumbe ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná- ITCF, promover a doação e alienação dos imóveis aos seus ocupantes nos termos desta lei, estabelecendo a área a ser transferida e, quando for o caso, preço e condições de pagamento conforme Tabela de Preços aprovada pelo Conselho de Administração.

Art. 4º - Os ocupantes que não residem no imóvel, mas nele mantenham cultura efetiva, poderão adquiri-lo por doação, respeitando o limite estabelecido no artigo 2º desde que sejam reconhecidamente pobres.

Art. 5º - As escrituras de venda e doação outorgadas pelo Instituto de Terras,

Cartografia e Florestas do Paraná- ITCF, ficam subordinadas, no que couber e não conflitar com os termos desta lei, às condições impostas pela Lei nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978, regulamentada pelos Decretos nºs 6.414/78 e 2.991/88.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

PARECER Nº 034/82

#### I - INTRODUÇÃO

#### II- HISTÓRICO

- . Reduções
- . Reserva Florestal

#### III- NATUREZA JURÍDICA

- a. Da Reserva Florestal
- b. Das Ruínas da Redução Jesuítica

#### IV - SITUAÇÃO ATUAL

- a. Da ocupação da reserva
- b. Da ocupação das Ruínas da Redução
- c. Da área a ser inundada
- d. Dos trabalhos realizados
- e. Da Reserva Florestal

#### V - O ANTEPROJETO

#### VI- CONCLUSÃO

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 034/82

PROTOCOLO: 03417/81

INTERESSADO: ITC e Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura e do Esporte.

ASSUNTO: Mudança de destinação de parte da Reserva onde está situada a Redução Jesuítica de Santo Inácio.

#### I- INTRODUÇÃO

A presente proposta tem por objetivo a outorga de autorização legislativa para alienar uma parte da área da reserva onde estão situadas as ruínas da Redução Jesuítica de Santo Inácio, aos posseiros que ali mantém cultura efetiva há longos anos. A referida reserva é constituída pelo lote nº 162-A, da Colônia Zacarias de Goes, com a área total de 121,00 hectares,

localizada próximo à confluência dos rios Santo Inácio e Paranapanema, hoje, Município de Santo Inácio, anteriormente, Jaguapitã.

## II- HISTÓRICO

O Estado do Paraná, em 17 de janeiro de 1948, pela Lei n° 33, tornou reservadas como patrimônio inalienável do Estado, áreas mínimas de 121,00 hectares de terras devolutas, nas regiões onde estão situados os remanescentes das primitivas reduções jesuíticas.

Dentre as dez reduções que constarem da lei, encontra-se a de Santo Inácio, localizada na confluência dos rios Santo Inácio e Paranapanema, na época Município de Jaguapitã, hoje, Santo Inácio (doc. 1, anexo).

Doze (12) anos mais tarde, pelo Decreto n° 28.265, de 22 de fevereiro de 1960, o Poder Executivo incorporou ao Patrimônio Florestal do Estado, a denominada Reserva Florestal de Santo Inácio (doc. 2), localizada no lote n° 182-A, com 121,00 hectares, da Colônia Zacarias de Goes.

Dentro desse imóvel, estão os remanescentes das ruínas de Redução Jesuítica de Santo Inácio, que em levantamento recente foi apurado que a mesma ocupa uma área de 14,00 hectares, aproximadamente.

## III- NATUREZA JURÍDICA

### a) DA RESERVA FLORESTAL

Trata-se em verdade de bem patrimonial inalienável do Estado do Paraná, assim declarado pela Lei n° 33/48, incorporado ao patrimônio florestal estadual pelo decreto n° 28.265, e como tal, constitui um bem público dominical, previsto no art. 66, inciso III do Código Civil.

"(.....) a qualidade de públicos, atribuídas aos bens decorre precipuamente da condição de pertencerem às pessoas de Direito Público, tal como é a condição dos bens particulares pertencerem às pessoas de Direito Privado" (in Vocabulário Jurídico de Plácido e Silva, Forense).

### b) DAS RUÍNAS DA REDUÇÃO JESUÍTICA

Os vestígios das ruínas de Redução Jesuítica de Santo Inácio, ocupam uma área de 13,3956 hectares na área de reserva florestal de 121,00 hectares.

Pela Lei Federal n. 3.924, de 26.7.61 os monumentos arqueológicos e pré-históricos foram colocados sob a guarda e proteção do Poder Público.

Esta lei conceitua no art. 2°, o que

se considera monumento arqueológico, verbis:

Art. 2° - Considera-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazidos, aterrados, esterias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;

b) sítios nos quais se encontrem vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rochas;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e cerâmios", nos quais se encontrem vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílio e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

As Reduções Jesuíticas como se sabe, eram verdadeiras cidades construídas por indígenas orientados por padres jesuítas espanhóis.

As escavações para fins de pesquisa arqueológica nesses locais, sejam em terras públicas ou particulares, estão sujeitas a permissão do governo federal (art. 8°), através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

"A proteção ao patrimônio histórico artístico, arqueológico e pré-histórico, está, desse modo, regulada por leis federais, dado que o interesse nacional indica a União como competente para essa legislação, mas os Estados-Membros e Municípios poderão secundar a ação federal nos limites de seus territórios, mediante acordos com o governo central, ou mesmo isoladamente, adotando medidas de preservação de todas as coisas e locais dignos de amparo do Poder Público" (cf. Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, pág. 535, RT, 5ª Edição).

A Lei n. 3.924/61 é complementar da Lei 25, de 30.11.1935, que estabelece normas gerais para o tombamento, e, como tal, deve ser aplicada para todo e qualquer tombamento.

Não consta, porém, nos autos que essas ruínas tenham sido tombadas pelo Poder Público, seja ele federal, estadual ou municipal.

## IV - SITUAÇÃO ATUAL

### a) DA OCUPAÇÃO DA RESERVA

Ao longo desses anos, diversas famílias foram se instalando na reserva sem que os órgãos responsáveis pela sua guarda e fiscalização tenham tomado qualquer providência para evitar essa ocupação.

O levantamento realizado pelo ITC, demonstrou que 7 (sete) famílias mantêm pequenas lavouras com área que variam de 2,50 a 25,00 hectares; algumas delas custeadas com financiamentos do Banco do Brasil.

#### b) DA OCUPAÇÃO DA ÁREA DAS RUÍNAS DA REDUÇÃO

Ocorreu o mesmo que com o restante da área da reserva, existindo sobre ela uma plantação de feijão.

#### c) DA ÁREA A SER INUNDADA

Como decorrência da construção da represa de ITAGUARACU, no Rio Paranapanema, parte da área da redução e parte da área da reserva sofrerão inundação pelas águas da bacia de acumulação dessa represa.

#### d) DOS TRABALHOS REALIZADOS

Diante dessa situação, o ITC atendendo antigas e atuais reivindicações do Município de Santo Inácio, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Inácio, entre outras Entidades, além de políticos e dos próprios ocupantes, promoveu levantamento ocupacional do imóvel e para tanto, foi necessário subdividir a área em lotes, conforme adiante é demonstrado:

Nº do Lote	Ocupante
01	Maria Rosa Pereira
Área (ha)	Tempo Ocupação
22,3050	09 anos
	Reside no Imóvel
	sim

Nº do Lote	Ocupante
02	José Barbosa da Silva
Área (ha)	Tempo Ocupação
18,4143	09 anos
	Reside no Imóvel
	sim

Nº do Lote	Ocupante
03	Sebastião Vidal de Arruda
Área (ha)	Tempo Ocupação
12,8123	02 anos
	Reside no Imóvel
	não

Nº do lote	Ocupante
04	Clemente de Oliveira
Área (ha)	Tempo Ocupação
19,9425	11 anos
	Reside no Imóvel
	sim

Nº do lote	Ocupante
05	Antonio Vidal de Arruda
Área (ha)	Tempo Ocupação
12,2221	05 anos
	Reside no Imóvel
	não

Nº do Lote	Ocupante
06	Edvanira Ramalho Arruda
Área (ha)	Tempo Ocupação
	Reside no Imóvel

10,4630	02 anos	não
---------	---------	-----

Nº do lote	Ocupante
07	Alípio Pereira dos Santos
Área (ha)	Tempo ocupação
11,4452	17 anos
	Reside no Imóvel
	sim

Nº do lote	Ocupante
08	Maria Rosa Pereira
Área (ha)	Tempo Ocupação
11,7956	09 anos
	Reside no Imóvel
	não

Nº do lote	Ocupante
08-A	área sem ocupante
Área (ha)	Tempo Ocupação
1,6000	-
	Reside no Imóvel
	-

Verifica-se assim que 07 (sete) famílias ocupam a reserva e 01 (uma) a área da Redução.

Diante dessa situação de fato e considerando que os vestígios das ruínas da Redução encontram-se tão somente nos lotes 8 e 8-A, a Coordenadoria de Cultura e do Esporte solicitou parecer do Representante da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para Assuntos de Arqueologia no Paraná, que concluiu pela preservação da área de 13,3956 hectares constituída pelo lote n. 8 (que compreende também o lote n. 8-A), não obstaculizando, dessa forma, o prosseguimento desse processo.

Não se poderia deixar aqui de comentar, as considerações nada elogiosas que o autor do parecer solicitado pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, teceu às pessoas que em Equipe e representando órgãos estaduais realizou um trabalho sério e "in loco", que possibilitou a presente proposição, tão reivindicada e reiterada, antiga e atualmente, pelas Entidades e pessoas que se sensibilizaram pelo problema social existente na área da reserva.

Além do mais essas pessoas estavam a serviço dos órgãos que representam: o ITC e Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado e a Prefeitura Municipal de Santo Inácio.

A área por eles indicada é decorrente da constatação local e, como não poderia deixar de ser, foi submetida aos órgãos competentes para que emitissem parecer técnico, como de fato ocorreu.

#### e) DA RESERVA FLORESTAL

Pelos Relatórios de Vistoria realizado pelo ITC, verifica-se que ali não existe mais cobertura arbórea primitiva ou nativa, estando toda a área cultivada com pequenas lavouras, fato que, distituiu a finalidade para a qual foi ela criada.



V - O ANTEPROJETO

O anteprojeto de lei em anexo, objetiva obter autorização legislativa para o Poder Executivo alienar ou doar, conforme o acaso, uma parte da área da reserva onde não há vestígios das ruínas da Redução Jesuítica, com a área de 107,6044 hectares destacada do lote 121-A da Colônia Zaccarias de Goes.

Em se tratando de área patrimonial do Estado inalienável, e com uma destinação específica outorgada por lei, somente outra lei pode tirar as qualidades que lhe são inerentes. (art. 67 do Código Civil).

A propósito, cabe a lição de Hely Lopes Meirelles, que com propriedade discorre:

"Os bens públicos quaisquer que sejam, podem ser alienados desde que a administração satisfaça certas condições prévias para a sua transferência ao domínio privado ...). O que a lei civil quer dizer é que os bens públicos são inalienáveis enquanto destinados ao uso comum do povo ou a fins administrativos especiais, isto é, enquanto tiverem afetação pública, ou seja, destinação pública específica" (cf. Direito Administrativo Brasileiro, 5. Edição, 1977, pág. 487). O grifo não é do original.

Ou ainda, TEMÍSTOCLES CAVALCANTI, em seu Tratado de Direito Administrativo, citado por Miguel Reale:

"São os bens públicos (...) inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis, enquanto integrados no domínio público. Podem perder essas qualidades inerentes à sua finalidade, por determinação legal, mas, para isso, precisam ser destacados do domínio público". (in Direito Administrativo, Forense, pág. 276).

Desse modo, considerando que a reserva florestal foi totalmente devastada no correr desses anos, não mais havendo cobertura arbórea, nada há, pois, a preservar, fato que, como já se disse, destituiu totalmente a finalidade para o qual foi ela criada.

"É preciso considerar que os bens públicos conservam sua qualificação peculiar enquanto realizam o destino correspondente à sua categoria, perdendo-a, conseqüentemente, quando por determinação legal, recebeu destino outro e diverso". (Vicente Rau, in Direito e a Vida dos Direitos, Vol II, pág. 339).

Na elaboração do anteprojeto, procurou-se ajustar as situações de fato existentes na área, aos princípios que norteiam a Lei de Terras do Estado do Paraná, n. 7.055, de 4 de dezembro de 1978.

Com a transformação do anteprojeto em lei estar-se-á dando solução definitiva ao problema social reinante da área da reserva, e atender-se-á os legítimos interesses dos ocupantes que há longos anos, por si e seus antecessores, mantêm posse com cultura efetiva no imóvel.

É o parecer.

PROJU, em 19 de abril de 1982.

(a) RUY CORREIA FEUERSCHUETTE  
Advogado

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 38/89, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Dr. Fernando Campinha Garcia Cid.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 38/89, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Dr. Fernando Campinha Garcia Cid, de acordo com o Art. 108 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n° 24/89.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO N° 271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação aos projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

VI - CONCLUSÃO

REQUERIMENTO N° 273



Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 24/89, na forma do Substitutivo Geral de autoria da Comissão Geral de Plenário, pelo fato de ao mesmo não haverem sido interpostas emendas de Plenário no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento: Nilton Barbosa

#### REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, reserva do dia 11 de abril próximo, para a entrega de Título de Cidadã Honorária a Irmã Francisca Byblow.

Sala das Sessões em 22.03.89.

(a) VERA AGIBERT

#### REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados ao Excelentíssimo Sr. Alvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando viabilizar estudos para a construção de uma unidade escolar no Conjunto Bertioxa, no Município de Maringá.

Informamos outrossim, que conforme documento recebido do Prof. Manoel Gomes, chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá, foi constatada a real necessidade, e para suprir a carência de escola no conjunto, desde o ano letivo de 1988, a Secretaria da Educação vem efetuando o transporte de alunos até o Colégio Estadual João XXIII.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 289

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados ao Excelentíssimo Sr. Alvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando viabilizar estudos para a construção de uma unidade escolar no Conjunto São Silvestre, em Maringá.

Informamos outrossim, que o aludido projeto tem área definida para a construção da escola, estando incluída no plano

de construção da Caixa Econômica Federal. Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados ao Excelentíssimo Sr. Alvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando viabilizar estudos para a construção de uma unidade escolar no Conjunto Parigot de Souza, em Maringá.

Informamos outrossim, que conforme documento recebido do Prof. Manoel Gomes, chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá, foi constatada a real necessidade, e para suprir a carência de escola no conjunto, desde o ano letivo de 1988, a Secretaria da Educação vem efetuando o transporte de alunos até o Colégio Estadual João XXIII.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados ao Excelentíssimo Sr. Alvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando viabilizar estudos para a construção de uma unidade escolar no Conjunto Ipanema, em Maringá.

Informamos outrossim, que conforme documento recebido do Prof. Manoel Gomes, chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá, foi constatada a real necessidade e para suprir a carência de escola no conjunto, desde o ano letivo de 1988 a Secretaria de Estado da Educação vem efetuando o transporte de alunos até o Colégio João XXIII.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados ao Excelentíssimo Sr. Alvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando viabilizar estudos para a construção de uma unidade escolar no Conjunto Léia Leal, em Maringá.

Informamos outrossim, que o aludido projeto tem área definida para a construção da escola, estando incluída no plano de construção da Caixa Econômica Federal.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 288

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados ao Excelentíssimo Sr. Alvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando viabilizar estudos para a construção de uma unidade escolar no Conjunto Universo, em Maringá.

Informamos outrossim, que a aludida solicitação já possui área definida para a construção, estando incluída no plano de construção da Caixa Econômica Federal.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 277

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Tribunal da Justiça para solicitação de instalação de uma Vara Cível e Vara Criminal no Município de Pato Branco - Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação da estrada que liga Jacarezinho a Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

As grandes produções são significativas na economia regional e no Norte Pioneiro, por serem culturas agropecuárias, industriais, destacando a produção de café, soja, milho e arroz.

O pique de comercialização nesta estrada é de grande concentração, portanto há necessidade da pavimentação, que facilitará o transporte tanto para as propriedades bem como para outras cidades da região.

REQUERIMENTO N° 275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RE-

QUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Sr. José Elmo Linhares, do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Elmo Linhares foi empossado no último dia 20 no cargo de Secretário da Indústria e do Comércio de Campo Mourão. Sua presença no cargo contribuirá para o desenvolvimento industrial e comercial do Município, uma vez que é profundo conhecedor das necessidades destes setores, devendo portanto ser o idealizador de idéias que ampliem as conquistas referentes a estas áreas.

REQUERIMENTO N° 274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Sr. Celso Tanaka, do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Celso Tanaka foi empossado no último dia 20 na presidência da ACICAM - Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão.

REQUERIMENTO N° 268

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, envio de votos de pesar à família do Sr. ANGELO PERIM, pioneiro e pai do Vereador José João Perim, Presidente da Câmara Municipal de Altônia, pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. EDGAR BEZERRA VALENTE.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento fundamenta-se no fato de que o Sr. Edgar Bezerra Valente, falecido aos 69 anos dedicou toda sua existência em prol da comunidade de Bela Vista do Paraíso.

Edgar Bezerra Valente fez de sua vida um exemplo de dedicação frente à Prefeitura Municipal, lutando pela justiça social.

## REQUERIMENTO N° 286

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa, a inserção em Ata de Votos de Profundo Pesar pelo falecimento prematuro do integrante da Polícia Civil do Paraná, Detetive AILTON BERNARDINO DA SILVA.

A presente proposição se justifica pelo sacrifício da vida do policial, vítima da onda de violência que atinge a Capital do Estado e, de modo geral, a zona urbana do País. Quando cumpria suas atividades funcionais, fazendo a prisão de evadidos da Colônia Penal do Estado, foi o Detetive, covarde e brutalmente assassinado. Sua morte vem demonstrar a fragilidade e imprudência do Sistema Penitenciário do Estado, que, indiretamente, concorre para que vidas de policiais sejam sacrificadas.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que se dê ciência da mesma ao Senhor Secretário da Segurança da Associação dos Detetives da Polícia Civil do Paraná e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

## REQUERIMENTO N° 270

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor EDMUNDO OTTO, ocorrido em data de 07.03.89, na Cidade de Cruz Machado. Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

## JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 66 anos faleceu em Cruz Machado o Senhor EDMUNDO OTTO, pai do ex-Prefeito Senhor Alvir Otto, que deixou viúva a Senhora Tereza S. Otto. Deixa ainda, 04 filhos, 17 netos e 04 bisnetos.

O passamento do Senhor Edmundo veio abrir enorme lacuna no seio da família, assim como de todo o seu grande círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a

condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Otto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO N° 296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar ao Senhor Arlindo Correia da Silva, Senhora Alda Belarmina da Silva e família, pela perda irreparável de seu jovem filho Elson Correia da Silva, ocorrida no dia 16 de março último.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência aos referidos pais.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados; o Senhor Elson Correia da Silva faleceu ainda muito jovem, sendo cidadão de Terra Rica-PR, e louvamos a Deus para que sua alma descanse para sempre em paz.

Nesse momento de amargura e tristeza, queremos expressar a nossa solidariedade aos pais do mesmo que residem à Avenida Paraná, n° 1.555, naquele Município.

## REQUERIMENTO N° 283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação na Ata da presente sessão de voto de congratulações à Associação de Ensino Novo Ateneu pelo transcurso, no dia 25 próximo, de 64 anos de sua fundação.

Requer, ainda, a transcrição nos Anais do artigo "Tradição na Arte de Educar", publicado na página 5 da edição de 21 de março de 1989, do Jornal "Gazeta do Povo", com chamada na primeira página.

Requer, finalmente, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Associação de Ensino Novo Ateneu.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## REQUERIMENTO N° 279

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de ofício aos Senhores ÁLVARO FERNANDES DIAS, MÁRIO PEREIRA, ANTÔNIO LOPES DE NORONHA e CEL. WANTUIL BORGES, Governador do Estado, Secretário de Estado da Administração, Secretário de Estado da Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar, respectivamente, solicitando

uma comissão de estudos para avaliar as perdas salariais da Corporação Policial Militar, conforme gráficos estatísticos anexos.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) RAUL LOPES

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme se vê nos anexos, a defasagem ultrapassa, qualquer que seja a base de cálculo, a casa de 130%. É necessária e justa uma reavaliação e imediata complementação, pois os índices demonstram as perdas relativas a 1988, sabendo-se que, já em 1989, estão ocorrendo sensíveis defasagens.

**REQUERIMENTO N° 278**

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS, Digníssimo Governador do Estado, MÁRIO PEREIRA, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, solicitando a ativação de uma comissão de alto nível para proceder estudos de avaliação das perdas salariais do funcionalismo público, até a presente data, em especial para os órgãos da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) RAUL LOPES

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Namir Piacentini, José Rogério Carvalho, David Cheriegate, Algaci Túlio e uma ilegível.

**REQUERIMENTO N° 266**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido em Plenário, envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente do Banestado, solicitando a implantação de uma agência bancária, no Município de Jaboti-Pr.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

**JUSTIFICATIVA:**

Jaboti, município de aproximadamente 5,5 mil habitantes, passa por momentos difíceis. É que a única agência bancária que funcionava na cidade foi desativada no Plano Cruzado e até agora, comerciantes, aposentados, agricultores e administração local têm que se dirigir a Ibatiti, situada a 20 km para tratar de operações financeiras.

Jaboti possui uma economia bem mais forte que muitos municípios do Norte Pioneiro, no entanto, é a única que não tem agência bancária, e quem sofre da carência dos serviços bancários são os comerciantes, que estão perdendo seus clientes, acumulando prejuízos.

**REQUERIMENTO N° 285**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Educação, Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando a reprodução gráfica do folheto anexo, que se refere à nova modalidade de distribuição de drogas entre os estudantes americanos.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

As autoridades de países do mundo inteiro, estão empenhadas no trabalho de combate às drogas que tanto mal causam entre a população jovem.

Não é pois de admirar que os traficantes sempre pensem em novas maneiras de burlar a repressão inventando formas aparentemente inocentes como a que se refere o folheto anexo que, originariamente foi distribuído pela DUPONT DE MENOURE de Wilmington, Delaware, Estados Unidos da América do Norte e, posteriormente traduzido, está sendo distribuído em vários países.

Pode alguém pensar que esta forma de ampliar a clientela consumidora de drogas seja um fato que está longe de acontecer no Brasil, contudo, é necessário lembrar que as distâncias se encurtaram e as novidades correm o mundo em questão de minutos.

Assim aquilo que pode ser uma forma de atuação dos passadores de drogas aos moldes Americanos pode muito bem servir às finalidades dos traficantes brasileiros.

Infelizmente e para a nossa intranquilidade, os traficantes e passadores de drogas estão bem atualizados sobre como e onde podem obter os meios necessários para chegarem até os consumidores.

O que mais nos preocupa é saber que nem as crianças brasileiras e, especificamente, nem as crianças paranaenses, estão livres dos elementos que fazem do comércio de drogas um meio de vida para eles, mas causam, deliberadamente, a dependência e, muitas vezes a morte para outros.

É, pois, pensando em nossas crianças que vimos pedir aos nobres Pares com assento nesta Casa, para que somem seus esforços aos nossos no sentido de apoiarem a presente proposta para que o ALERTA contido no texto do folheto em anexo, possa ser reproduzido e difundido entre as autoridades escolares de nosso Estado.

**REQUERIMENTO N° 276**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma re-

gimental, REQUER à Mesa Executiva, o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, da seguinte proposta:

Tendo em vista que tramita nesta Casa, projeto de lei que visa reposição salarial aos Senhores membros do Poder Judiciário, de forma justa e dentro das perdas sofridas conforme os índices oficiais, para que tenham os mesmos condições de bem exercer as altas funções que lhes compete na distribuição da justiça.

Tendo em vista que recentemente esta Casa aprovou veto governamental ao reajuste salarial, proposto pelo próprio Governo e com base nos índices oficiais de inflação do ano de 1988, trazendo prejuízo sensível ao salário do funcionário público do Estado.

Tendo em vista a necessidade, para que seja a justiça respeitada, que a todos os funcionários se trate igualmente, apresentamos ao Senhor Governador, PROPOSTA, em forma de sugestão e apelo, para que estenda, através do encaminhamento imediato de projeto de lei a esta Casa, os benefícios e vantagens que incidirão sobre os salários dos integrantes do Poder Judiciário, reajustando os salários de todo o funcionalismo público estadual nos mesmos percentuais previstos no Projeto de Lei n. 24/89.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 284

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, a transcrição nos Anais da Assembléia, do artigo publicado pelo Jornal do Estado, Edição de 21 de março de 1989, na coluna "Espaço Dois" e intitulado "Umas e outras logo mais à noite".

O texto, do jornalista Ulisses Iarochinski, retrata com bastante fidelidade e clareza, problema dos mais graves com que se defronta a sociedade atual e que, via de regra, termina, com acidente de trânsito onde vidas, jovens e preciosas, são perdidas.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao jornal em questão: Estado do Paraná, assim como ao Dr. Octávio de Cesar Valeiro, Juiz da 1.ª Vara de Delitos de Trânsito, que é autoridade das mais conhecidas e respeitadas na área de trânsito do Brasil.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a

inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do informe publicitário, editado em 21.03.89 pelo Jornal Gazeta do Povo, referente aos 25 anos de existência da CATIVA - Cooperativa Agropecuária de Londrina.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor:

JOSÉ VIDAL

CATIVA - Cooperativa Agropecuária de Londrina.

Rua Albânia, esquina com Rua Bélgica  
LONDRINA - PR.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N. 052/89

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito "Post-Mortem" ao Ex-Deputado Olívio Belich, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste projeto de lei que concede o Título de Cidadão Benemérito "Post-Mortem" ao Ex-Deputado Olívio Belich, levado à apreciação deste Augusto Plenário, justifica-se pela sua brilhante atuação, como Vereador e Prefeito Municipal de Porto Amazonas, Juiz de Paz, Deputado Estadual por 2 (duas) legislaturas, tendo desempenhado fielmente os seus mandatos que lhe foram conferidos, tendo ainda deixado um ótimo conceito político, social, patriótico e moral.

##### PROJETO DE LEI N° 053/89

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Federação Paranaense de Handebol, com sede e foro na Cidade de Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto em referência, objetiva declarar a Federação Paranaense de Handebol, com sede e foro nesta Cidade de Curitiba - PR, fundada em 09.08.1973, legalmente constituída como entidade dirigente do Handebol paranaense, tendo como meta, promover sua difusão e a realização de

campeonatos, torneios e competições, a cultura cívica moral e intelectual dos jovens atletas.

A documentação está de acordo com a legislação pertinente.

Assim sendo, considerando o projeto em ordem, espera apoio dos Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 054/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Estrela, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Estrela, sito à Rua Aristides Borsatto, n. 105 - Vila Estrela, no Bairro Fazendinha, nesta Capital, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, dentro de suas finalidades estatutárias, presta à comunidade de seu bairro, gratuitamente, serviços dos mais variados segmentos, promovendo aulas de catequese, missas em datas especiais, reuniões periódicas para tratar de assuntos de interesse da coletividade, como por exemplo, com a Administração Regional da Prefeitura Municipal de Curitiba para discutir e resolver problemas concernentes a saneamento básico (manilhamento, abertura de valetas, ensaibramento) transporte coletivo, mercado popular etc., promove, ainda, velórios, bailes, entrega de tickets de leite, pré-escola para crianças de 4 a 6 anos e outras atividades, sempre tendo em vista o interesse comum dos moradores de seu bairro, o que ao nosso entender são objetivos legítimos.

A documentação que acompanha o presente projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresentamos o referido projeto de lei, esperando contar com o apoio e posterior anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 057/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Menonita Beneficente, com sede e foro em Palmeira, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Analisando-se a documentação anexa verifica-se a atuação dinâmica da entidade apontada no presente plano de lei.

O reconhecimento público é, portanto, medida de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a representação do PT.  
(Declina).

Com a palavra a representação do PL.  
(Declina).

Com a palavra a representação do PDS.  
(Declina).

Com a palavra a representação do PFL.  
(Declina).

Com a palavra a representação do PTB.  
(Declina).

Com a palavra a representação do PTN.  
(Declina).

Com a palavra a representação do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Capital do Estado deu mais um avanço hoje, não apenas a nível nacional, mas também a nível internacional, quando teve o privilégio de aqui receber ilustres personalidades do mundo artístico, jornalístico, nacional e internacional.

Nós regressamos agora de uma solenidade histórica para a capital do Estado do Paraná. Há uma preocupação muito grande neste momento em todo o País em relação ao meio ambiente. E Curitiba mais uma vez sai na frente, além de já ter sido colocada como a terceira melhor cidade para se viver, a capital do Estado lançou hoje o bosque "Chico Mendes".

Uma homenagem a este homem que foi o grande lutador em defesa do meio ambiente.

Na Capital do Estado, hoje com a presença da viúva de Chico Mendes, de elementos ligados ao Sindicato dos Seringueiros, de Lucélia Santos, artista nacional, e a presença, inclusive, de homens da imprensa internacional que vieram acompanhar o lançamento do bosque em homenagem a Chico Mendes.

O Memorial Chico Mendes é uma homenagem da Prefeitura Municipal de Curitiba, do povo desta cidade ao ecologista brasileiro assassinado no final do ano passado no Estado do Acre, e exatamente hoje fazem três meses do seu assassinato.

Está situado no Bosque Gutierrez, numa área de 20 mil metros quadrados, coberta com floresta nativa.

Na réplica da aldeia de seringueiros as crianças, principalmente, poderão aprender como é a extração da borracha na Amazônia, além da forma como vivem, aqueles trabalhadores. Uma escola informal no bosque servirá como apoio a visita dos alunos da rede municipal e estadual de ensino, que usarão a pequena floresta para aulas práticas de educação ambiental.

Para um melhor aproveitamento do local, a prefeitura cortou a área com trilhos, possibilitando que as pessoas acompanhadas por guias, sigam os caminhos observando a fauna e a flora existente neste bosque.

A história de Chico Mendes é a história de um homem da floresta. Não queremos que sua história seja também a história da floresta perdida.

O que a cidade de Curitiba faz hoje, tão longe da floresta em que ele viveu, transcende a singeleza deste memorial para ganhar a dimensão de um desejo e de um propósito que Chico Mendes abraçou em vida e que, morto, simbolizará para sempre.

O desejo é o de ver sobrevivência e natureza bebendo da mesma fonte, em harmoniosa convivência.

O propósito é a própria coragem de assumirmos este desejo, lançando mão de todas as ações ao nosso alcance.

Na pedra, mandamos gravar o alerta derradeiro de Chico Mendes, o alerta em que anunciava sua própria morte, ele que se fizera defensor da vida.

Para a água generosa que brota neste bosque deixaremos a tarefa de lavar até apagar cada uma das letras com que Chico Mendes escreveu sua luta.

Com a esperança de que a vergonha nacional que cercou o episódio do assassinato do líder seringueiro também possa ser apagada.

Para nós, reservaremos a missão de aprisionar essa luta em nossos corações e libertar nossas consciências para a imperiosa necessidade do exemplo e da ação.

Curitiba quer dar este exemplo, proclamando-se a capital ecológica do Brasil.

Mais do que uma pretensão, o que propomos é consolidar e ampliar antigas conquistas que fizeram de Curitiba uma cidade pioneira na busca de uma convivência harmoniosa com a natureza e da boa qualidade de vida.

O verde que transborda dos parques, os fundos de vale preservados, a rejeição a indústrias poluentes, são velhos testemunhos do respeito com que Curitiba procurou tratar seu meio ambiente.

As soluções que estamos ecaminhando para o lixo urbano, o ensino ambiental que estamos implantando em nossas escolas, os muitos projetos que vamos implementar com

a parcela de todas as forças vivas da sociedade serão, no futuro, o testemunho maior da seriedade com que a cidade tratou a questão ambiental nesta véspera do terceiro milênio. Com este memorial, queremos simbolizar todo este esforço, fazendo desta parceria com o Instituto de Estudos Amazônicos um só propósito: o de multiplicar o exemplo de Chico Mendes.

Queremos que a semente que ele plantou na floresta germine em nossas cidades. Em cada uma de nossas cidades.

(Discurso proferido pelo Prefeito Jaime Lerner, na inauguração do Memorial Chico Mendes - Curitiba 22.03.89).

(Termina de ler).

Queremos que a semente que ele plantou lá na Floresta Amazônica germine aqui nesta Capital do Estado do Paraná uma pequena floresta implantada dentro da Capital paranaense.

Foi esta a homenagem da Cidade de Curitiba prestada hoje a esse grande batalhador e defensor do meio ambiente Chico Mendes, que teve a presença de grandes personalidades e que com certeza será mais uma vez notícia não apenas nacional, mas internacional.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Com a palavra a Representação do PSDB. Concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós voltamos a esta tribuna para reforçar e fortalecer o que segunda-feira tornamos público quando nesta Casa de Leis, deu entrada um projeto de reposição salarial do Tribunal de Justiça no qual estamos votando plenamente e hoje deveremos apreciar em 3.ª discussão da qual vou votar satisfatoriamente com a Mensagem, com o Projeto de Lei nº 24.

Todavia, quero fazer uma ressalva porque hoje tivemos oportunidade de observar ainda numa posição enfática do Líder do Governo, o nosso querido Deputado Nestor Baptista, dando uma resposta a nossa imprensa local dizendo que se tratava de uma reposição salarial.

Ocorre, Senhores, que em 9 de janeiro de 1989 o Governo encaminhou a esta Assembleia uma Mensagem de nº 02 concedendo 100% de reajuste salarial a partir de janeiro e, no bojo desta Mensagem, 39,27% a partir de 1º de março.

Todavia, para surpresa nossa, em 20 de janeiro de 1989, onze dias depois, entra na Assembleia uma Mensagem de nº 03/89, vetando essa Mensagem anterior.

O que eu quero aqui fortalecer e pedir é que nós estamos entrando em data de hoje



com um requerimento encaminhado a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário de Segurança, solicitando, evidentemente, que seja reavaliado aquelas mensagens que na época, nós sustentávamos junto com os demais companheiros não pedindo aumento e sim reposição salarial. Não era aumento.

Estamos vendo, assistindo, a nível nacional, um grande embate com governo, empregado e empresários no que diz respeito à reposição salarial. E essa reposição não tem ocorrido porque receia o governo que ela vai trazer reflexo na inflação. O fato é que o governo não tem correspondido, não tem sentado à mesa para negociar com os trabalhadores, com o empresário como tal os prejuízos estão por aí. Alegaram, criticaram e acharam que o governo mais uma vez cumpriu com a palavra, governo federal, cumpriu com a palavra de não ter dado cumprimento a todas aquelas exigências, a todos aqueles protocolos para que a situação pudesse ser consumada.

Mas eu venho aqui nesta Casa pedir ao Governo do Estado que analise, avalie em que pese a mensagem não ser do governo e sim do Tribunal de Justiça, mas, vejam bem, o orçamento em que pese ser da autonomia do Tribunal de Justiça sai do bolo geral do Estado. Para que analise e avalie, assim como nós estamos, apresentando a reposição salarial para todos os funcionários públicos deste Estado, muito especialmente para os homens da segurança pública e especialmente para a minha querida Polícia Militar do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Representação do PMDB.  
Declina.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 24/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 24/89, de autoria do Tribunal de Justiça, (Ofício n° 14/89), que altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e dá outras providências. EM ANEXO ofícios n° 0272, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, que encaminha Projeto de Lei que dispõe sobre a classificação do Ministério Público e altera dispositivos da Lei n° 5.849, de 25 de setembro de 1968; e sob n° 226/89, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que encaminha proposta que dispõe sobre os vencimentos dos membros do Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, no que concerne a constitucionalidade e aos recursos financeiros e humanos, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas aditiva e modificativa em número de duas, de autoria dos Senhores Deputados Pedro Tonelli e Valderi Mendes Vilela, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N° 24/89

Acrescente-se ao projeto de lei n. 24/89, com a redação que lhe deu a Emenda Substitutiva Geral da Comissão Geral, o seguinte artigo:

"Art.....- Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Auditores e Procuradores e o soldo da Polícia Militar vigentes em fevereiro de 1989, serão reajustados, na forma abaixo:

I - a partir de 1° de março de 1989, os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, mediante o acréscimo do índice percentual de 94,93% (noventa e quatro vírgula noventa e três por cento) dos vencimentos vigentes em fevereiro de 1989.

II - a partir de 1° de março de 1989, as tabelas de vencimentos dos cargos de Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, anexa ao Decreto n. 4215, de 25 de novembro de 1988, com o reajuste concedido pela Lei n. 8929, de 20

de janeiro de 1989, mediante o acréscimo de 113,75 (cento e treze vírgula setenta e cinco por cento).

III - a partir de 1º de março de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo de 108,17% (cento e oito vírgula dezessete por cento) dos vencimentos vigentes em fevereiro de 1989.

IV - a partir de 1º de março de 1989 os vencimentos dos Diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar, dos três Poderes do Estado, exceto quanto aos contemplados nos incisos anteriores, mediante acréscimo do índice percentual de 108,88% (cento e oito vírgula sessenta e oito por cento) sobre os vencimentos vigentes em fevereiro de 1989.

V - Estendem-se aos inativos dos Quadros relacionados nos incisos anteriores os respectivos percentuais de reajuste".

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com a presente emenda é restabelecer, pura e simplesmente, a justiça com os demais servidores públicos estaduais, penalizados duplamente com as políticas salariais do Governo Federal, através do "Plano Verão", e do Governo Estadual, através do veto aposto ao projeto de lei que reajustou os vencimentos dos servidores em janeiro.

Se é conveniente e oportuno conceder os reajustes pleiteados pela Magistratura, membros do Ministério Público e Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, também o é conceder o mesmo percentual aos demais servidores.

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 24/89

O artigo 6º do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n. 024/89, passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º - A presente lei entra em vigor na data da sua publicação e os seus efeitos financeiros vigoram a partir de 1º de janeiro de 1989.

Justifica-se a presente emenda pelo fato de que não houve em favor dos integrantes do Tribunal de Justiça a reposição salarial em sua data base em função da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal fixando o Poder de iniciativa que foi ferido por lei anterior.

Assim sendo não pode ser alterada a data base dos quadros do Tribunal de Justiça para as necessárias reposições salariais e bem como não podem ficar 02 (dois) meses sem reposição salarial.

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Ainda sobre o mesmo projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, com apoio do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei n. 24/89. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já é demais conhecida nossa postura com relação ao projeto de lei ora em discussão de autoria do Tribunal de Justiça que, com justiça e com respaldo de lei, tomaram a iniciativa, com plenas justificativas, para que medidas fossem tomadas no sentido de atualizarem os valores salariais dos seus quadros.

Uso a tribuna nessa 3ª discussão e votação dessa matéria para anunciar e para convocar todos os Parlamentares que compõem esse Parlamento, para que efetivamente façamos justiça a todos os funcionários públicos do Estado do Paraná. Está a Mesa desta Assembléia, devidamente subscrita, emenda ao Projeto 24/89 de autoria do Tribunal de Justiça sob a forma da emenda substitutiva, proposta para que este Plenário vote favoravelmente à concessão das reposições de 88 mais a inflação de janeiro de 1989, nos ganhos reais do funcionalismo público do Estado do Paraná. É nesse sentido que é necessária a dedicação especial de todos os Parlamentares e de todos os partidos que compõem o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

A referida emenda tem o seguinte teor: (Lê):

#### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 24/89

Acrescente-se ao Projeto de Lei n. 24/89, com a redação que lhe deu a Emenda Substitutiva Geral da Comissão Geral, o seguinte artigo:

"Art... - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Auditores e Procuradores e o soldo da Polícia Militar vigentes em fevereiro de 1989, serão reajustados, na forma abaixo:

I - a partir de 1º de março de 1989, os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, mediante o acréscimo do índice percentual de 94,93% (noventa e quatro vírgula noventa e três por cento) dos vencimentos vigentes em fevereiro de 1989.

II - a partir de 1º de março de 1989, as tabelas de vencimentos dos cargos de

Auditor e Procurador do Tribunal de Contas do Estado, anexa ao Decreto n. 4216, de 25 de novembro de 1988, com o reajuste concedido pela Lei n. 8929, de 20 de janeiro de 1989, mediante o acréscimo de 113,75 (cento e treze vírgula setenta e cinco por cento).

III - a partir de 1º de março de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo de 108,17% (cento e oito vírgula dezessete por cento) dos vencimentos vigentes em fevereiro de 1989.

IV - a partir de 1º de março de 1989 os vencimentos dos Diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar, dos três Poderes do Estado, exceto quanto aos contemplados nos incisos anteriores, mediante acréscimo do índice percentual de 108,68% (cento e oito vírgula sessenta e oito por cento) sobre os vencimentos vigentes em fevereiro de 1989.

V - Estendem-se aos inativos dos Quadros relacionados nos incisos anteriores os respectivos percentuais de reajuste".

Sala das Sessões, em 22.03.89.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com a presente emenda é restabelecer, pura e simplesmente, a justiça com os demais servidores públicos estaduais, penalizados duplamente com as políticas salariais do Governo Federal, através do "Plano Verão", e do Governo Estadual, através do veto apostado ao projeto de lei que reajustou os vencimentos dos servidores em janeiro.

Se é conveniente e oportuno conceder os reajustes pleiteados pela Magistratura, membros do Ministério Público e Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, também o é conceder o mesmo percentual aos demais servidores.

(Termina de ler).

Esta é a emenda que estamos propondo devidamente subscrita por parlamentares de quase todas as bancadas e que nós gostaríamos de ver apreciada e votada por uma questão de justiça. O Estado do Paraná não pode penalizar parte dos seus servidores públicos, simplesmente sob a alegação de que o Caixa do Estado não comporta.

Os próprios demonstrativos anunciados pelo Secretário de Finanças do Estado, bem como do Secretário de Administração do Estado, pronunciadas na Comissão de Ordem Econômica, em audiência pública na Constituinte Estadual nesta semana, demonstram claramente que a folha de pagamento, que os gastos com pessoal não são os culpados maiores pela crise financeira que se alega para o Estado do Paraná.

O próprio Governador em pronunciamento público e publicado, anunciou que o PIB de

87 para 88, cresceu 7.8. vezes; o ICM só cresceu 6.64; o pessoal da Administração Direta, 6.52 vezes, o custo e os encargos da dívida de 87 para 88, subiram 8.17 vezes.

Não podemos mais alegar que os culpados pela crise do Paraná, são os seus funcionários e são as folhas de pagamento. Num demonstrativo mais longo, de 70 para 87, nesses 17 anos o PIB do Paraná cresceu 205%, enquanto a arrecadação do ICM subiu 97%. Os gastos com pessoal aumentaram 62%, enquanto por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os encargos da dívida do Estado do Paraná, cresceram nos 17 anos últimos, 8.613%.

Portanto, é líquido, certo e visível sem lente que os culpados pela crise do Paraná, não são os funcionários públicos e não é a folha de pagamento. É a falta de capacidade de arrecadar ICM e a gerência dos recursos que estão indo para consumir quase 30% do Orçamento do Estado para pagar a dívida do Estado, o grau de endividamento e a falta de capacidade através de concessões, amnistias para aqueles que são devedores do ICM do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, justificativas muitas temos e que já são do conhecimento público para que nesta data façamos justiça com os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Vamos aprovar esta emenda e o Executivo terá que, por obrigação e respeito para com os funcionários públicos do Estado do Paraná, apertar o cinto, cortar despesas desnecessárias para continuarmos com vida, as famílias dos servidores militares, civis, os dos diferentes quadros, o pessoal do Magistério, do Tribunal de Contas, Justiça, Alçada para que eles continuem sob vida vegetativa; porque, se não bastasse o arrocho do Plano Verão, há também o arrocho da política salarial do Estado do Paraná.

É insuportável e há necessidade de que reconheçamos e que o Executivo dê um jeito de recompensar o trabalho daqueles que sustentam o Estado do Paraná.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar)  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendia, a exemplo do ilustre Deputado Pedro Tonelli, apresentar emenda agora na oportunidade em que se discute este projeto em terceira discussão. E apresentaria emenda supletiva aos parágrafos 1º, do Art. 2º, 3º e 4º da Emenda Substitutiva da Comissão Geral, e subscrita pelo Deputado Erondy Silvério, cujos parágrafos têm as mesmas letras dos artigos citados e depois de referir-se aos artigos 2º, 3º e 4º, aos vencimentos da Magistratura e dos membros do Ministério Público, dispõem os

parágrafos que as variações percentuais que incidirem sob a remuneração da Magistratura Federal são aplicadas as mencionadas quantias, observadas a dotação orçamentária própria.

O que eu entendi? Porque não faz referência, alusão à Lei que determina esta variação percentual. Estou imaginando seja ela de representação da área federal e que deve ser o Decreto 2371, que dispõe sobre vencimentos e representação mensal devida aos servidores que especificam.

E aqui vem o percentual da representação com os Membros do Supremo Tribunal, da Justiça Federal, da Justiça Militar, da Justiça do Trabalho, da Justiça do Distrito Federal e Tribunal de Contas da União.

O Paraná já tem legislação específica. A verba de representação da magistratura é de 170% e o que dispõe o Decreto que acabo de ler, varia a sua tabela até de 220%, e eu sou um dos Parlamentares que, desde o início, desde outubro, quando o Tribunal de Justiça encaminhou par câ através do seu Presidente, o ilustre Desembargador Mário Lopes dos Santos, a proposta que a Bancada Governista não aceitou, por entender que não era da competência do Tribunal a sua iniciativa, e acabamos votando em janeiro o reajuste de vencimento como quis a mensagem do Governador e por decisão, sem dúvida, da Bancada Governista nesta Casa.

Pois bem, não se deu à magistratura o que se pleteava naquela oportunidade, segundo a solicitação da mensagem do Tribunal de Justiça.

Mas se deu cerca de 100%. Agora, entendendo o Sr. Governador do Estado, a sua Bancada nesta Casa, que era hora de atender a Magistratura e os membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, a Bancada Governista, evidentemente com prévia autorização do Sr. Governador ou com a sua ciência, aprova nas suas sessões últimas a emenda substitutiva, do ilustre Deputado Erondy Silvério.

Pois bem, eu votei nas discussões anteriores, como votarei hoje, e a emenda que apresentaria, deixo de fazê-lo, para, realmente, com isso, possibilitar que essa votação não aconteça hoje. Estamos entrando na semana santa, nos dias de feriado, mas quero, pela informação que tenho de que o Sr. Governador já manifestou através de alguns Parlamentares de seu Partido nesta Casa, que a tendência é de vetar tais parágrafos.

Desde o início, repito, advoguei juntamente com alguns Parlamentares, a maioria desta Casa, concordando com a reivindicação, com a postulação dos interessados, mas quero dizer aqui que discordo e entendo como inconstitucional os artigos a que me referi, onde diz, que toda vez que

mdar a legislação federal no que diz respeito à representação, aquela futura legislação alcançará então a legislação estadual.

Ora, nós estamos elaborando agora a nossa futura Constituição, e dizem que o Poder Legislativo saiu fortalecido, que os Poderes foram fortalecidos. Há bem pouco, o Executivo não aceitou aqui iniciativa do Tribunal de Justiça, com relação aos vencimentos de seus integrantes.

Agora vamos votar uma lei dizendo que toda vez que mdar a legislação federal, a legislação estadual terá que se adequar a ela. Eu acho isso, além de inconstitucional, é inaceitável. Nós temos legislação específica, vou votar favoravelmente a emenda do ilustre Deputado Pedro Tonelli, que foi o primeiro orador nesta tribuna a reclamar que os vencimentos de outras classes trabalhadoras, de funcionários que prestam serviços ao Estado, também tenho do Sr. Governador a mesma atenção. Se não a mesma, pelo menos a atenção devida.

Nós estamos vendo os movimentos reivindicatórios classistas, paredistas até. O Brasil parou em dois dias. O Governo Federal diz que foi um blefe a greve. Foi nada. Foi êxito total. Parou o Brasil por dois dias. Porque se discutem reajustes de 12%, 13%, 16%, 225%. E nós votamos, aqui, reajustes da ordem de 100, 150 e 200%. É fácil de entender que após o discurso do Deputado Raul Lopes e do Deputado Pedro Tonelli, outros discursos estarão aqui, reivindicando a atenção do Governo para, principalmente, os menos favorecidos, aqueles que trabalham e que têm remuneração menor do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Está com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabemos que a situação no País está difícil para todos, a nossa moeda não tem mais valor, chega-se num supermercado, compra-se mercadorias que enchem duas ou três sacolas e deixa-se no caixa uma "montoeira" de dinheiro. Está difícil para todos.

Eu não quero aqui, entrar no mérito, se se pode ou não reajustar neste Plano de Verão, que pretendeu congelar, inclusive os salários. O fato é que ninguém melhor do que os próprios Juizes para saber o que pode e o que não pode, de acordo com a lei. Se o próprio Tribunal de Justiça encaminha projeto propondo um reajuste salarial, para seus membros, entendo que é porque pode. E nós achamos a medida justa, afinal, para que possam os magistrados, bem executar as suas tarefas, os

seus afazeres de homens da lei, de julgadores, de distribuidores de justiça, nada mais certo do que dar a eles condições salariais justas, condizentes com as suas funções. O juiz, entendemos nós, deve ganhar o suficiente para estar, inclusive, inune às tentações de corrupção, como a própria polícia civil, bem como a própria polícia militar.

Concordamos com o aumento dos membros do Poder Judiciário. Só que entendemos que o mesmo direito deve ser dado a todos os funcionários públicos do Paraná. E, injustamente, esta Assembleia, numa sessão que deixou muito a desejar, lamentavelmente porque muitos atos que para nós são nulos, foram praticados. Mas, a Assembleia aprovou o veto do Governador ao reajuste que os funcionários teriam direito este mês, uma reposição de 39%. No meu entendimento, foi um veto absurdo, porque foi em cima do que o próprio Governador tinha proposto, com base na perda salarial verificada em 1988. Embora eu e outros tantos Deputados achamos que o veto foi injusto e absurdo e que pode até ser questionado na justiça.

O fato, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que o funcionário público do Estado não vai ter o seu salário reposto naquilo que ele perdeu durante este período todo. Agora, porém, com o reajuste que será concedido aos membros do Poder Judiciário temos certeza de que uma porta se abre para os funcionários. Eles poderão ter também os seus salários reajustados, é exatamente isso que estamos expondo ao Sr. Governador do Estado, que ele encaminhe mensagem a esta Casa propondo reajuste salarial a todos os funcionários públicos do Estado, nos mesmos índices que se dará aos magistrados. É justo que todos ganhem para viver com dignidade. E o Sr. Governador alegou, para vetar o reajuste, que tudo estava congelado; alegou que a inflação seria igual a zero e isso não aconteceu. A inflação está aí, viva, e lamentavelmente esta desculpa de que o Plano Verão não permitia, vai por água abaixo. Quem sabe melhor de leis do que os próprios juizes? Aho que ninguém conhece mais do que eles e ninguém sabe aplicar melhor a justiça do que nossos Meritíssimos Juizes a quem devemos um grande respeito.

Por esta razão, então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou encaminhando à Mesa da Assembleia uma proposta ao Governador do Estado, para que estenda a todo funcionalismo público estadual reajuste de salário, na mesma proporção do concedido aos membros do Judiciário, porque estamos cansados de ser questionados, aqui nesta Casa, nos corredores, nos gabinetes, nas ruas, no nosso local de trabalho, fora desta Casa, na imprensa, pelos funcionários públicos. E, principalmente,

aqueles a quem nós somos mais ligados que são da área de segurança tanto civil como militar. E bem disse o Deputado Raul Lopes: "A classe policial clama por melhor salário!"

Ainda hoje, pela manhã, nós estivemos rendendo a nossa última homenagem a um policial brutalmente assassinado por bandidos que infestam esta cidade, este Estado, de ponta a ponta. E a polícia, eu dizia ainda ontem, na Comissão Temática do Estado e Municípios, sempre é a bucha de canhão, é uma válvula aberta, uma porta que se deixa aberta para que a imprensa se preocupe com ela. E sabe disso o Deputado Alborghetti, porque, enquanto a imprensa se preocupa com a polícia, gasta espaços enormes, em páginas inteiras de jornais, tem-se programa de televisão inteiro, programas de rádios inteiros, para focalizar esta válvula deixada aberta pelos governantes de tantas e tantas épocas, inclusive se esquece, ou a imprensa deixa de cobrar problemas talvez até do que ocorre no dia-a-dia, no corriqueiro da área policial.

Então, é preciso repor, modificar esta situação! O que nós queremos é uma polícia bem paga, um policial bem pago, está aí o policial Ailton que tamborou morto, com dois tiros, ontem, ao fazer uma batida policial. O que é que vai receber a sua esposa e os dois filhos? Uma criança de apenas dois meses que nem chegou a conhecer seu pai? O que é que vai sobrar para esta viúva sobreviver diante desta situação toda?

É por isso e eu tenho a minha coerência, muito embora sendo eu vice-Prefeito da Capital do Estado, estas mesmas posições estaria eu adotando na Câmara Municipal, ou estaria eu endossando, avalizando a pretensão salarial do funcionalismo público municipal, porque sabemos a importância desta gente para o desenvolvimento de uma capital de Estado, e para o próprio Estado do Paraná.

E é nesse sentido, sem entrar no mérito, sem dizer que não merecem, pelo contrário, todos merecem ganhar bem! Se o Deputado ganha bem, por que não o Juiz, por que não os homens da polícia, porque não o funcionário público em geral? Aquele que ajuda esta máquina a funcionar? Claro que existem os funcionários maus, aqueles que não trabalham, aqueles que deixam o paletó na cadeira, mas não se pode julgar toda uma categoria com alguns fatos isolados por todos que, lamentavelmente, ainda adotam este tipo de postura. É a posição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da bancada do PDT, nesta Casa, reconhecendo o direito dos Srs. Magistrados, mas exigindo também o mesmo direito a todos os funcionários do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) Está em votação o projeto.

Há emendas de autoria dos Deputados Pedro Tonelli e Valderi Mendes Vilela. Emendas alteram a despesa, matéria discutível, transforma-os em projeto a parte.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) Sr. Presidente, qual a base regimental que transforma em projeto a parte?

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) A Mesa está agindo com liberalidade com Vossa Excelência a Mesa argumenta com a Constituição Estadual: "Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista nos projetos oriundos da competência exclusiva do Governador, naqueles relativos do serviço administrativo da Assembléia e dos Tribunais Estaduais".

Está em votação o projeto. APROVADO.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 45/88, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o MOVIMENTO GNÓSTICO UNIVERSAL DE CURITIBA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 66/88, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LUZ ENCAMINHA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/88, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BANDEIRANTES, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Em anexo Projeto de Lei n° 205/88, de autoria do Deputado Herma Brandão, que versa sobre a mesma matéria). - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 203/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL PADRE CARLOS ZELESNY - ENSINO DE PRÉ-ESCOLAR 1° e 2° GRAUS, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 15/89, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 36/89, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que concede Título de Cidadã Honorária do Paraná a Irmã FRANCISCA BYBLOW. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 268, de autoria do Sr. Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 267, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 283, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 264, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 263, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 271, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 270, de autoria do Sr. Deputado Antônio Amibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 266, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 265, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 279, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 278, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos, David Cheriegate, Algaci Túlio e outros, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 296, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.



tiva.

Requerimento de nº 288, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 290, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 291, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 292, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 289, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 293, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 282, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 284, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. *Aprovado.* (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 286, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 276, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 277, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 285, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 294, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. *Aprovado.* (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 275, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 274 de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 15 e 36/89.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 322/87, 31, 156, 166, 276, 321/88 e 38/89.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 1989.

## "UMAS E OUTRAS LOGO MAIS À NOITE"

Noite de sexta-feira. As luzes da cidade prometem. O embalo será total. Nos bares o som alto contagia. As gatinhas estão ouriçadas. Vai ser um barato. Os garotos, chave dos carros nos dedos, debruçam-se nas mesas e balcões. Diante deles, canecos de chopp, garrafas de cerveja. Num canto ou outro, copos. Copos de vodka, caipirinha, uísque. E muita fumaça de cigarro no ar. O ambiente fechado aquece peles e corações. Olhares esgazeados. Tudo pronto para o amor.

As horas passam, as paqueras acontecem. A euforia toma conta. A desinibição não tem freio. A sensação de que tudo pode acontecer é uma certeza. Os jovens se sentem mais seguros. A timidez é uma vaga lembrança. Das mesas, dos balcões dos bares aos assentos dos automóveis é um pulo. Os casazinhos se engalfinham. A frente do bar decididamente não é um bom local para o prazer. Chave na partida, pé na embreagem, câmbio engatado, acelerador que esborrega, lá vão eles em louca disparada. A madrugada é uma festa, uma aventura inesquecível. Os raios da aurora não tardarão a chegar. É preciso correr, fazer o tempo parar. A paixão é mais importante que o mundo. O jovem ao volante se sente mais forte, acredita que possui reflexos perfeitos. Tem absoluta certeza de que o final do caminho é logo ali. E ele vai ... vai e não sabe que não vai voltar. Alegria estampada no rosto, cabelos esvoaçando ao vento. Lá vão eles. A curva é traiçoeira e... a morte, uma eterna companheira à espreita.

Sextas-feiras que se repetem inexoravelmente. Sempre as mesmas. Histórias que se transformam em manchetes de jornais. Sempre as mesmas. Números que crescem nos finais de meses, de anos.

O rapaz é bonito, a moça, uma miss. Mas agora já não tem mais sexta-feira seguinte... agora não tem mais rock, não tem mais loura suada, agora não tem velo-



cidade, não tem mais luzes, não tem mais nada. Tudo é escuro, tudo é só tristeza e dor.

O texto mais parece crônica de programa de rádio. E infelizmente, apesar do tom, é a realidade. Segundo dados estatísticos, reunidos pelo Dr. Otávio César Valeixo, juiz da Primeira Vara de Delitos de Trânsito de Curitiba, nos últimos dez anos, 29.638 pessoas se envolveram em acidentes de trânsito no Paraná. Destas, 10.374 foram vítimas fatais. E destas que morreram, 5.290 estavam embriagadas. Um exame mais apurado revelou que de 37 acidentes, 24 estavam sob efeito de tóxicos. Dr. Valeixo, se baseou em estatísticas apontadas por órgãos idôneos como DETRAN-PR, DER e DNER, e portanto, seus dados mais que assustadores, revelam que as noites de sexta-feira podem ser mais perigosas que as histórias de Lobisomens. Um estudo preparado pelo "Texas Transportation Institute", da Universidade do Texas, em Austin, Estados Unidos, descobriu que os acidentes de trânsito nas áreas urbanas costumam ocorrer entre as 23 horas e 3 da madrugada do dia seguinte das sextas e sábados.

Mas se nos centros urbanos a ocorrência atinge motoristas jovens e embriagados, nas estradas a estatística comprova que 70% dos acidentes acontece em dias claros e ensolarados. Os motoristas profissionais estão em maior número que os amadores entre os acidentados. Eles geralmente têm entre 23 e 37 anos, com dois a cinco anos de habilitação. Têm um perfil de homens saudáveis e despreocupados e em geral beberam dois ou três copos de cerveja. E vão ao encontro da morte com uma inconsciência de dar medo.

A segurança no trânsito é um tema que ainda não entrou nas preocupações diárias do brasileiro. Apesar de ser o país com maior índice de acidentes do mundo, o brasileiro não se apercebeu de mais de um milhão de acidentes por ano, que 500 mil pessoas saem feridas e 50 mil acabam morrendo nas ferragens de um veículo automotor. Destes, 51% se acidentaram por embriaguez. O ato nada "natural" de beber é praticado pela totalidade a população brasileira. Uma pesquisa do Ministério da Saúde, com 2.000 pessoas ouvidas em todo o país, revelou que 93% da população se confessou contumaz bebedora de bebidas alcoólicas e apenas 7% que realmente abusam do álcool. É de se prever então, que ano a ano o número de mortos no Brasil só tende a aumentar. Mais que estradas abertas, bem feitas e conservadas, o que se precisa neste país é consciência e educação. Coisa que tem faltado a todos, sem exceção. E depois de tudo isso, resta ouvir no rádio, o programa do Ricardo Chab, Algaci Túlio,

JP, Augusto Canário, Ratinho e... músicas de Chitãozinho e Xororô."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 1989.

#### "CATIVA. 25 ANOS BEM VIVIDOS"

"Foi na Avenida São Paulo, na casa do produtor de leite Luiz Nogueira Monteiro, que algumas pessoas se reuniram com o objetivo de fundar uma cooperativa. Houve quem sugerisse um laticínio particular, mas depois de alguns encontros venceu a maioria e o firme propósito de Monteiro, que não deixou de apelar para o orgulho de ser londrinense: "Se Minas tem várias cooperativas, por que Londrina não pode ter uma?" Chico Lima, Antonio Vicentini, Carlos Castoldo, Demerval Frossard, Pedro Rezende e José Vidal - hoje presidente da cooperativa - saíram à caça dos cooperados. Não era fácil! Os produtores confiavam na palavra dos idealizadores, mas nem todos acreditavam na empreitada. Isso entretanto não impediu que eles assinassem títulos em branco, principalmente se algum dos "fundadores" dessem o seu aval. desconto dos títulos pelo Banco do Brasil não foi suficiente, e um empréstimo bancário foi inevitável, garantido pela Fazenda Santa Maria, do próprio Luiz Monteiro. Os poucos presentes àquela primeira reunião não mediam sacrifícios: comia-se sanduíches em hora de almoço e marmitta durante viagens. Com a obra sendo erguida, tijolo por tijolo à vista dos curiosos, ninguém duvidava mais do projeto. "Espero que seja uma cooperativa honesta e que os londrinenses bebam leite sem água".

Eram palavras de D. Geraldo Fernandes, bispo de Londrina, que em março de 1964 abençoava a primeira cooperativa de leite do Norte do Paraná.

Cinco ou seis funcionários da Cativa esperavam ansiosos pelo primeiro dia de funcionamento, na plataforma de entrega. Resultado: 7 mil litros de leite entregues pelos produtores, contra os 150 mil litros recebidos hoje. Daí em diante nunca mais faltou leite em Londrina.

Os novos produtos foram surgindo conforme a indústria se desenvolvia. No início apenas industrializava-se o leite e a manteiga era processada manualmente. Depois vieram o queijo prato, o frescal e o parmesão. Em seguida, doce de leite, requeijão, creme de leite e mussarela aumentavam a linha de produtos Cativa. O leite envasado em plástico tomava lugar do tradicional litro de vidro e a automatização dos equipamentos acelerava a linha de produção. Hoje a Cativa completa 25 anos,

com 2.700 cooperados e uma área de atuação que abrange 32 municípios do Norte do Paraná, com entrepostos de recepção em Faxinal, Alolfo Pinto, Ivaiporã, Cornélio Procopio, Tamarana e Califórnia. Além disso distribui seus produtos em quase todo o

Brasil.

Uma estrutura cooperativista sólida é orgulho de todo o quadro de cooperados e por que não dizer, de toda a região que transformou a Cativa em grande patrimônio da comunidade.